

DIMENSÕES HISTÓRICAS DO PODER AUTOCRÁTICO E DO CARÁTER VULGAR DA DEMOCRACIA NO BRASIL: APORTES PARA A ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE FORÇA

Eixo temático: 6 - Capitalismo contemporâneo, desenvolvimento econômico e pobreza

DOUGLAS RIBEIRO BARBOZA¹

RESUMO: O estudo analisa as determinações de longa duração histórica que influenciaram na atual potencialização do que se convencionou denominar de “crise da democracia” no Brasil. Explicitará a consolidação do caráter extremo de vulgaridade democrática que se abre a partir dos anos 2000 e como estas determinações contribuíram para o recrudescimento do caráter autocrático do Estado entre os anos 2016 e 2022, mostrando sua compatibilidade com ideologias conservadoras que contribuíram para o aumento da violência política e da restritividade à participação social. Espera-se evidenciar os perigos do atual cenário político que retoma o fortalecimento de uma forma degenerativa da democracia vulgar que poderá novamente servir como antessala para a retomada das formas autocráticas de dominação de classe.

Palavras-chave: Autocracia, democracia vulgar, Brasil.

ABSTRACT: The study analyzes the long-term historical determinants that have influenced the current intensification of what has come to be known as the 'crisis of democracy' in Brazil. It aims to highlight the consolidation of an extreme form of vulgar democracy that emerged from the 2000s onwards, and how these determinants contributed to the resurgence of the autocratic character of the state between 2016 and 2022, demonstrating its compatibility with conservative ideologies that fostered increased political violence and restrictions on social participation. The study seeks to underscore the dangers of the current political scenario, which signals a resurgence of a degenerative form of vulgar democracy that could once again serve as a prelude to the return of autocratic forms of class domination

Keywords: Autocracy, vulgar democracy, Brazil.

INTRODUÇÃO

¹ Professor Adjunto da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (ESS/Niterói). Professor do corpo permanente do Programa de estudos Pós-Graduados em Política Social (PPGPS). Membro do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Trabalho, Educação e Serviço Social (TEIA). Coordenador do Grupo de Estudos Marxismo e Realidade Brasileira (GEMARB). E-mail: douglasrb@id.uff.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2399194165302453>. Autorizo a divulgação deste estudo.



Os traços elitistas e antipopulares da transformação política e da modernização econômica, e a necessidade de restrição da participação do poder político às forças populares são elementos que (em maior ou menor grau) sempre estiveram presentes na constituição da nossa formação histórica, como parte constituinte das diferentes formas de expressão dos processos que nos conduziram às especificidades da nossa “via não clássica” de revolução burguesa. Nosso passado colonial – de um país exportador fundado no latifúndio de monocultura extensiva, assentado no compromisso entre o instituto da escravidão, o liberalismo econômico e um forte conservantismo sociocultural e político, traduzido no mandonismo oligárquico (Prado Jr., 2000; Ianni, 2004; Schwarz, 2000) – e a condição subordinada e dependente de nossa inserção no modo de produção capitalista e à ordem imperialista (Fernandes, 1976, 1981) teriam imposto uma forma política que implicaria a determinação “pelo alto” das condições fundamentais de desenvolvimento e garantia das relações sociais de produção burguesas (Coutinho, 2005).

A possibilidade de ruptura radical com o passado foi anulada perante a efetivação da opção de conservação dos traços essenciais das relações sociais “arcaicas” e a dependência ampliada do capital internacional. Assim, ao invés de ser resultado de movimentos populares, a modalidade antijacobina de transição ao capitalismo no Brasil foi um processo realizado graças ao deslocamento da função hegemônica entre as diferentes frações das classes dominantes, à utilização permanente dos aparelhos repressivos e de intervenção econômica do Estado para garantir os interesses destas, e à eliminação das forças populares da possibilidade de participação no direcionamento da vida social e nos processos e centros políticos decisórios. O horizonte cultural e econômico da burguesia brasileira é ditado pela sua inserção subalterna na dinâmica comercial do capitalismo industrial já então plenamente consolidado em nível mundial, e caracteriza-se pela manutenção de componentes oligárquicos, autárquicos e mesmo senhoriais na sua conformação.

Neste sentido, é importante analisar o caráter do Estado e sua relação com as classes e as lutas sociais na particularidade da formação social brasileira, explicitando a constante utilização das formas



autocráticas de resolução dos antagonismos de classe e como estas formas ganham novas mediações no atual cenário político brasileiro do século XXI. Parte-se da premissa de que a capacidade de revelação da essência da relação entre liberalismo, democracia e capitalismo se potencializa nos marcos de uma formação social em que os regimes de exceção se conformaram como a regra geral de “preparação do terreno” para que os “interstícios democráticos” variassem entre a democracia (vulgar) dos oligarcas e a democracia (vulgar) do grande capital. Quadro este que se configurou sob um novo formato a partir do período democrático vulgar que se abre nos anos 2000, o qual abriu terreno para o recrudescimento da via repressiva que se potencializa após o golpe de 2016 e, principalmente, a partir das eleições de 2018 e a ascensão de um governo de extrema-direita. Para esta tarefa de análise, concordamos com as reflexões gramscianas acerca da indissociabilidade entre as lutas política, econômica e ideológica, assim como suas afirmações de que o problema das relações entre estrutura e superestrutura deve ser resolvido e posto com exatidão para que se possa efetuar uma justa análise das forças que atuam na história de um determinado período e determinar a relação entre elas, determinações estas que são de extrema relevância para a análise da atual realidade social, numa época de dificuldades para a construção de unidade organizativa e de intervenção das classes e camadas subalternas; em que o individualismo, o privatismo e a naturalização das relações sociais são alguns dos valores que predominam no senso comum e que asseguram a reprodução do capitalismo (Barboza, 2020; 2024a).

DESENVOLVIMENTO

A importância do debate sugerido pela presente investigação encontra-se na necessidade de ampliação e desmistificação da discussão em torno do caráter da democracia nos marcos do capitalismo brasileiro. O que se coloca como uma “redefinição” da noção de “democracia burguesa” no cenário brasileiro na verdade é a revelação de forma mais clara do conteúdo vulgar que é inerente à própria democracia burguesa. Neste sentido, é importante esclarecer a defesa da existência de uma *similitude analítica na divisão marxiana entre economia política clássica/economia vulgar e entre*



democracia/democracia vulgar. Ou seja, a sustentação do caráter fundamentalmente democrático no pensamento marxiano pode realizar-se *a partir da compreensão de que a relação de Marx com a questão da democracia se dá no mesmo patamar que se realiza a sua relação com a economia política - a partir de uma superação crítica dos fundamentos que baseiam esses conceitos na sociedade capitalista* (Barboza, 2014). Assim como pode ser denominada de "vulgar" a economia que restringe o seu alcance à esfera da circulação, de forma analiticamente similar também pode ser denominada de “vulgar” a democracia que, ao estabelecer o terreno político, mutila desse terreno tanto as concretas condições de vida quanto as reais relações de poder que sobre esta estrutura se produzem. Com a consolidação da democracia burguesa (e a consolidação de seu caráter vulgar), formata-se uma comunidade política que é puramente a metamorfose do espaço da circulação: nela se deparam unicamente "cidadãos" sem consecutiva caracterização ou distinção; apenas compradores e vendedores de mercadorias que usufruem o “livre direito” de escolherem diferentes produtos políticos. Nestas condições, a democracia burguesa já nasce como uma “democracia vulgar”.

O que se coloca como uma “redefinição” da noção de “democracia burguesa” no cenário brasileiro, na verdade, é a revelação de forma mais clara do conteúdo vulgar que é inerente à própria democracia burguesa. Analisando os processos revolucionários inglês, americano e francês (e da justificativa de seus ideólogos defensores), podemos perceber que o desenvolvimento capitalista já se dissociava “pragmaticamente” da democracia, e as revoluções burguesas “clássicas” já traziam consigo a preocupação em separar a elite governante da multidão trabalhadora governada, criando uma nação política exclusiva, uma aristocracia de cidadãos proprietários em que a propriedade – especialmente a propriedade de terra – permanecia como um status “extraeconômico” jurídico e político militar privilegiado (Barboza, 2024b). Na particularidade brasileira, o que ocorreu foi que a instituição de um autogoverno de uma sociedade civil constituída ou hegemônica pelos proprietários de terras e escravos, fortemente decididos a não tolerar interferências no seu poder político, consolidou-se de maneira muito mais enraizada que nos marcos europeus. A velha oligarquia agrária, dos proprietários de terras e de escravos, foi, aqui, uma das protagonistas da “via não clássica” de nossa transformação



capitalista, modernizando-se e recompondo-se economicamente, refazendo alianças para se manter no bloco de poder e influenciando decisivamente as bases conservadoras da dominação burguesa.

Assim, a restrição da participação do poder político às forças populares assumiu um caráter, por parte das elites, de uma “sequência natural” para uma formação econômico-social cuja marca determinante, ao longo de mais de trezentos anos, era o elemento escravista. São estas condições que possibilitaram que parte significativa da vida republicana no Brasil viesse a se configurar como um contínuo reiterar de formas autocráticas de resolução do antagonismo de classe, “pinceladas” com alguns raros interstícios democráticos pouco substantivos.

O Brasil assistiu a escravidão se constituir e se refazer “[...] em conexão com as determinações diretas e indiretas de vários ‘ciclos econômicos’” (Fernandes, 2010, p. 37), assumindo várias formas que se associaram à escravização de diferentes raças, com distintos caracteres étnicos e culturais, e a formações socioeconômicas escravistas diversas. Sacrificando modos de vida e trabalho, culturas, línguas, religiões, visões de mundo, através da incorporação forçada e predatória de populações indígenas e africanas, o escravismo configurou-se como um regime de trabalho que, com maior ou menor intensidade, “[...] fundamentou toda a vida social, econômica, política e cultural ao longo de praticamente quatro séculos”, sob o qual se apoiou largamente “todo um vasto edifício, compreendendo a colônia e a Metrópole” (Ianni, 2004, p. 41-43). O escravo vivencia a condição explícita de expropriação do trabalhador, sob a qual, por um lado, é alienado como pessoa (pois é propriedade do senhor) e, por outro, alienado em sua força de trabalho (pois não pode ter comando sobre esta faculdade).

Como o produto do seu trabalho aparece diretamente como produto alienado, surgido de relações de produção organizadas para produzir mais-valia absoluta, as técnicas de repressão e violência tornam-se exigências políticas, sociais e culturais destas relações de produção, “operando tanto no processo produtivo, em sentido estrito, como nos níveis sociais e culturais da existência do escravo, fora da situação de trabalho” (Ianni, 1978, p. 39). Em sua expressão mais selvagem, a força bruta coexistia com a violência organizada institucionalmente e legitimada pelo “caráter sagrado” da “razão de Estado”, do código legal, das tradições e da moral católica (Fernandes, 2010, p. 73). Esta última sob a qual se



erigia a argumentação de que os escravos nasceram para serem escravos e os senhores para serem senhores, mostrando uma visão providencial do mundo e um conceito hierárquico e estático de organização de classe, através dos quais a Igreja católica colonial brasileira “ênfatizava as obrigações recíprocas bem mais do que os direitos individuais e a liberdade pessoal, além de sacramentarem as desigualdades sociais” (Costa, 2010, p. 357).

Alcançada a Independência em 1822, atingiram-se os objetivos principais das elites brasileiras: a libertação do país das restrições impostas pelo Estatuto colonial e a garantia da liberdade de comércio e da autonomia administrativa. As forças sociais que se apossaram do liberalismo mantiveram o seu caráter antidemocrático sob as bases de uma formação social que tornava mais clara a falácia dos ideais políticos da “garantia de vida, de liberdade, de igualdade e do direito à felicidade para todos os cidadãos”. As relações entre liberalismo e democracia, aqui, tornaram-se o “oco do oco”, pois a estratégia cruenta de neutralização de uma multidão “selvagem e desordeira” como forma de afirmação de uma sociedade “pacífica e apolítica”, considerada incapaz de participar do direcionamento de sua vida social, tornava-se mais reveladora quando construída sob as vicissitudes do já extremamente restritivo e excludente regime de produção escravista.

Durante todo o período imperial, os liberais – assim como os demais membros das elites brasileiras – tinham sido basicamente conservadores e antidemocráticos. Seus objetivos centravam-se constantemente na conciliação da ordem com o progresso, do *status quo* com a modernização. A maioria das reformas por eles propostas havia sido exclusivamente política (com exceção da Abolição), e tanto não modificava as estruturas econômicas e sociais mais profundas, como também não aumentava a participação popular na vida política da nação. Revelava a possibilidade de mesclar-se liberalismo e favor, cidadania e clientelismo, liberdade e escravidão. Beneficiava-se do conservadorismo que marcava o desenvolvimento econômico e social, deitado sobre profundas raízes nas senzalas. O resultado desse processo de desenvolvimento foi a perpetuação de valores tradicionais elitistas, antidemocráticos e autoritários, bem como a sobrevivência de estruturas de mando que implicaram na marginalização de amplos setores da população.



As rebeliões que trouxessem qualquer sombra de inconformismos e reivindicações populares foram abafadas, com extrema violência sob a justificativa da necessidade de se adestrar um povo “desordeiro e selvagem”, desagregando e desorganizando seus movimentos, de forma a se plasmar um cenário em que se tornava possível argumentar a aparência (construída) de um povo “passivo e apolítico”, tendente ao conformismo e à conciliação, cuja aspiração se resume em obedecer à Constituição e às leis. O poder econômico latifundiário precisava de ordem e tranquilidade para os seus negócios. Necessitava de um cenário onde as diversas diferenças e divergências econômicas, sociais e culturais não fossem empecilho para que minorias dominantes e suas sucessivas gerações conseguissem escamotear os direitos das “multidões” castradas e sangradas, sem que com isso as levassem ao desespero.

Apesar das tentativas de mobilização popular, a República se realizaria tal como a Independência se realizara: sem a colaboração de um movimento de raízes populares. O novo regime resultaria de um golpe militar como solução a descontentamentos de setores importantes para a economia e a política no país. As forças sociais que se apossaram do liberalismo mantiveram o seu caráter antidemocrático sob as bases de uma formação social que tornava mais clara a falácia dos ideais políticos da “garantia de vida, de liberdade, de igualdade e do direito à felicidade para todos os cidadãos”. O horror às sublevações populares é marca registrada das elites de todos os tempos. Sob as bases da vocação não democrática inscrita no liberalismo dos intelectuais do Império, cuja repulsa declarada à democracia e à revolução traziam à tona as manifestações de urgência em “parar o carro revolucionário”, a República nasceu sob o signo da “ordem pública”. Fundada em 1889, a República combinara liberalismo e patrimonialismo de forma a já deixar claro quais eram as fronteiras possíveis para construir uma democracia vulgar no Brasil.

Assim, a vida social brasileira do período da Primeira República foi marcada pelo profundo traço do uso permanente, ilegal e impune do aparato repressivo para estancar o protesto dos espoliados, tirar de circulação a força de trabalho desnecessária e restaurar a ordem social nos moldes requeridos pelos interesses da classe dominante. Era a confirmação da transmutação, no Brasil, do recurso



ideológico que se fez fortemente presente na Europa do século XIX, de justificação do domínio de “civilizados” sobre “primitivos”, de brancos sobre não-brancos, entre metrópoles e colônias, como subsídio para a justificação do domínio de ricos sobre pobres. A exploração econômica, a rudeza do aparato repressivo e a conformação de um simulacro de democracia vulgar amparada no exercício oligárquico do poder era justificada pelo efficientíssimo artifício ideológico domesticador que se articulou intimamente com o discurso “científico”.

Entre 1930 e 1937, o Brasil viveu uma fase de muitas incertezas e grande agitação política que culminou na instauração de um novo tipo de Estado, marcado por extraordinária centralização do poder, implementando, com um discurso nacionalista, um “governo forte”, cujo objetivo era transferir para si as bases de poder arraigadas nos regionalismos. A anterior Carta Magna era esfacelada pela “Aliança Liberal” que chegou ao poder com a “revolução de 1930”, instaurando uma situação de exceção autocrática.

As fronteiras e a vulgarização do curto período de regime “democrático”, efetivado nos anos 1930, se revelam mais claramente após a “revolução constitucionalista” de 1932. Mantém-se uma concepção de democracia e cidadania estreita e formal, que supõe como manifestação política adequada aquela que se dá dentro dos limites previstos no sistema legal, nas modalidades de participação interna aos mecanismos legais de representação, sobretudo a introdução do voto secreto e das mulheres e a criação de uma Justiça Eleitoral. As chamadas “conquistas democráticas” postas, pela revolução de 1930, na verdade, mantinham-se nas fronteiras da democracia vulgar que constitui a esfera política decependo-a, de forma arbitrária, as condições concretas de vida e às relações reais de poder que se desenvolvem sobre esta base.

Com a instauração da ditadura de Vargas em 1937, consolida-se o processo de transformação “pelo alto”. Como reação aos movimentos populares, reais ou potenciais (os quais, após um longo período de recrudescimento do caráter repressivo, só conseguiram alcançar manifestações nos limites do subversivismo esporádico e elementar), as classes dominantes reagiram e se empenharam em “restaurações” que, em última instância, acolheram uma certa parcela das exigências provenientes



“de baixo” e produziram importantes modificações na composição das classes, preparando o caminho para novas transformações reais. Fortaleceu-se o poder da burguesia industrial e financeira, cujo objetivo imediato era, pela ativa intervenção do Estado, promover a industrialização do país, sem grandes abalos sociais. A defesa, por parte do regime autoritário, veio acompanhada, nos intelectuais do regime, de classificações do mesmo como “um novo tipo de democracia”, “adequada” às necessidades da sociedade brasileira: uma democracia sem povo, sem eleições e eleitores, pela via autoritária-elitista a partir do Estado centralizado, cuja “mão de ferro” saberia guiar os passos da nacionalidade para o engrandecimento do Brasil. Era a extrema fetichização do que já era um simulacro da democracia vulgar liberal.

Um traço importante, que foi analisado sobre este período, refere-se ao fato de que a neutralização violenta dos “subversivos”, como forma de desmobilização e despolitização da classe trabalhadora, preparou o terreno para sustentar a concepção de “harmonia” e “integração” entre as classes sociais, mas, dessa vez, sob a forma de uma legitimação e reconhecimento da questão social no interior do Estado, cuja “solução” adotava o disfarce da “dádiva”, do “favor” de uma elite governante “benevolente”, capaz de antecipar as soluções necessárias para o bem-estar dos trabalhadores, sem a necessidade de grandes confrontos. Traveste-se, no discurso apologético da “outorga”, o fato de que a legislação social, na verdade, era resultante de todo um histórico de lutas. Passa-se a tratar como “benesses” a um povo cuja predisposição ao “espírito pacífico” não abria espaço para empreitadas violentas em longos processos de lutas. A dialética do povo desordeiro-selvagem/passivo-apolítico, utilizada para sustentar a negação da democracia, retorna sob novas roupagens para consubstanciar a tentativa de consolidação da “democracia vulgar”.

Tais argumentações nos trazem importantes chaves analíticas para pensarmos as fases posteriores de consolidação da democracia vulgar no cenário brasileiro. No período entre 1945 e 1964, com o alcance da fase denominada de “industrialização pesada” (principalmente entre 1956 e 1961), formata-se o cenário em que, segundo as formulações de Florestan Fernandes (1976), se completará a revolução burguesa e a constituição do capitalismo no Brasil. Este processo da industrialização brasileira,



ainda que retardatário, está na base das pressões democráticas que, segundo Weffort (2003), as “classes populares” exercem sob o Estado no Brasil de 1945 a 1964, pressões estas, referentes às possibilidades de ascensão socioeconômica e de consumo, desencadeadas com a migração campo-cidade em face do processo de urbanização e das péssimas condições de vida nas áreas rurais.

Considerado por muitos como o período “efetivamente democrático”, esta democracia se realizará sob as bases de um cenário tratado pela historiografia brasileira como o auge do populismo, como poder ideológico de Estado, garantindo a transição da hegemonia da burguesia cafeeira para a burguesia industrial. Ou seja, o ritmo do desenvolvimento econômico e social que anteriormente propiciou o surgimento das classes populares e que passou a manter a vigência das alianças populistas deve ser preservado e intensificado (Weffort, 2003, p. 183). Como a pressão popular se dirige sobre a ampliação do consumo e da participação política, o desafio imposto à política populista é “compatibilizar desenvolvimento econômico com desenvolvimento democrático”, o que, nos marcos da experiência contraditória da formação social dessas classes populares e de consolidação do caráter vulgar da democracia, impulsiona uma conquista da cidadania (ou mais especificamente da igualdade de direitos) que cria a possibilidade de que se manifeste a insatisfação perante à desigualdade, porém sem de fato eliminar esta desigualdade. Ao se reportar ao período correspondente aos governos de Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros, Mirian Limoeiro Cardoso (1978) afirma que a centralidade conferida ao desenvolvimento estava indissociavelmente vinculada à ordem capitalista, em que os setores financeiros operaram vultuosos e lucrativos empréstimos que aprofundaram a condição capitalista dependente vis-à-vis ao núcleo do capitalismo. E este processo se dá exatamente num contexto em que, segundo Florestan Fernandes (1981), ocorrem profundas contradições, conflitos e embates advindos do ajuste das frações burguesas locais ao capitalismo monopolista, e que a defesa do desenvolvimento, como parte estratégica “etapista” preconizada pelos setores mais influentes da esquerda teve como resultado uma derrota amarga dos trabalhadores.

Ou seja, o “oco dentro do oco” dessa democracia que se efetiva no quadro brasileiro é tão revelador que, no momento de um novo recrudescimento das reivindicações populares, de crise



econômica e dissensos no bloco de poder sobre o direcionamento da sociedade, já havia configurado novamente o cenário propício para que a vulgarização democrática servisse de antessala para o restabelecimento do autoritarismo tão funcional aos interesses centrais do capitalismo: a acumulação desenfreada, despreocupada em ter que arcar com a trágica tarefa democrática de incorporação das classes populares ao processo político. Mais além, o caráter de simulacro do simulacro desta democracia vulgar é tão funcional aos interesses das classes dominantes que, ao instaurarem a ditadura, a partir de 1964, com o suporte da “Doutrina de Segurança Nacional”, os militares a invocam sobre o pretexto de “purificar a democracia de seus elementos subversivos”

De acordo com Ianni (1981), a maneira através da qual o Estado ditatorial dinamizou a política econômica governamental acentuou, sob diversas formas, a exploração da força de trabalho, agravando as condições de pauperização relativa do conjunto da classe operária e a pauperização absoluta de amplos setores dessa classe. A violência concentrada e organizada do poder estatal é transformada em técnica produtiva, e passa a atuar no sentido de garantir e reforçar a subordinação econômica e política da classe operária e do campesinato. Intensifica-se um processo singular de militarização do Estado e de Instituições paraestatais e privadas. Baseada na doutrina de “segurança e desenvolvimento”, instaura-se a regra de suspeição geral e difusa, sob a qual se acusa a sociedade civil de incompetente, amorfa, porém potencialmente perigosa e sujeita à “subversão e corrupção”. Essa imagem fascista da sociedade serviu de justificativa para a conformação de um Estado forte, abrangente e repressivo, capaz de se precaver contra os subalternos e subordinados (ou seja, o conjunto das categorias sociais que não se encontravam dentro do bloco do poder). Subordinado totalmente ao Poder Executivo, o conjunto do aparelho estatal é transformado numa máquina civil–militar–policial; uma instituição autossuficiente e todo–poderosa que, ao mesmo tempo em que oprimia o trabalhador, paralelamente imputava políticas que atendiam aos interesses particulares do grande capital financeiro e monopolista (Ianni, 1981).

A troca da ditadura por um governo de “conciliação conservadora” se tornou o desdobramento mais conveniente às elites econômicas, culturais e políticas das classes dominantes, traduzindo perfeitamente o que estas são capazes de fazer no plano das atividades políticas esterilizadas e sem risco:



a mistificação de uma montagem política e ideológica bizarra batizada de “Nova República”, alardeada como uma “vitória do Povo na luta pela democracia!”. Os militares e civis comprometidos com a “transição lenta, gradual e segura” desfrutaram de uma grande vitória que não se resumiu à sua capacidade de determinação, através de um pacto político, do sucessor e das condições políticas desta “transição” via colégio eleitoral. O desígnio mais importante e essencial para apaziguar o temor destes extratos era a neutralização da possibilidade de uma transferência de poder com uma acelerada acumulação de forças políticas das classes subalternas (Fernandes, 1981).

A transição entre o final da década de 1980 e o início da década seguinte se formata num amplo processo regressivo pautado nos postulados do receituário neoliberal. Muitas conquistas alcançadas pelas lutas populares na efetivação da Carta Constitucional de 1988 foram violentamente atacadas pelas forças da sociedade alinhadas às diretrizes das agências multilaterais encarregadas de tomar as decisões estratégicas do capital. A guinada rumo a um conjunto de contrarreformas neoliberais - centradas fundamentalmente nas políticas de ajustes, privatização, desregulamentação e flexibilização das leis trabalhistas – inicia-se a partir de 1990, com as gestões de Fernando Collor de Mello e Itamar Franco, e se consolidam e se intensificam, em forma e substância, nas duas gestões de Fernando Henrique Cardoso (1995–2002). A crescente radicalização da questão social e a refração do Estado no enfrentamento da mesma, a privatização no atendimento das necessidades sociais das grandes majorias, o crescimento das organizações não governamentais e a precarização do emprego foram as principais marcas da “onda neoliberal” que assolou o país. As já precárias condições sociais da grande maioria da população se agravaram de forma crescente com as irreparáveis perdas sofridas pelas políticas sociais universais, como Previdência, Saúde, Assistência e Educação Básica. Para que o capital pudesse garantir sua reprodução e ampliação em tempos de (des)ajustes neoliberais, a ascensão de um violento processo de criminalização em direção às classes subalternas tornou-se um aspecto orgânico da sua política de controle social, reciclando-se a noção de “classes perigosas” sujeitas à repressão e extinção. Tratar a luta pelos direitos sociais como “delitos” e os sujeitos sociais envolvidos nessas lutas como “delinquentes” ou “vândalos”



se conformou como a principal ação cultural presente no núcleo desse processo de criminalização dos movimentos populares/sociais (Korol, 2008).

Partindo destas argumentações, torna-se necessário, no cenário atual, compreender e levantar novas questões acerca do período de consolidação de uma “democracia vulgar” em que, pressionados pelo recrudescimento das lutas sociais antissistêmicas derivadas da crise das políticas neoliberais de primeira geração, os setores dominantes abertos à revisão do Consenso de Washington conseguiram atrair para o seu bloco de poder importantes setores de seus antagonistas, conformando um processo transformista que contribuirá para formatar a chegada do Partido dos Trabalhadores à presidência da República em 2003. Consolida-se o caráter extremo da vulgaridade democrática do simulacro brasileiro: construir um Brasil mais democrático e passível de erradicar a pobreza se traduz na capacidade de impulsionar as camadas mais subalternizadas à órbita do mercado, na potencialização do consumo, fórmula amplamente difundida nos diversos momentos de campanha eleitoral que garantiram a (re)eleição dos governos Lula e Dilma. Constitui-se, assim, conforme nos esclarece Francisco de Oliveira (2010), um processo de “hegemonia às avessas”, um novo movimento constitutivo da hegemonia das classes dominantes, desenvolvido com as armas da despolitização em prol da conservação dos seus interesses. Coutinho (2010), amplia tal formulação afirmando que este movimento que comporta a convivência com os novos movimentos sociais e com algumas das reivindicações de necessidades sociais (como o acesso à renda e ao consumo) formatar na atualidade uma outra pedagogia: a da *socialização da sociedade brasileira* em que as demandas dos “de baixo” são atendidas no âmbito da “pequena política”, como meio de sitiar a “grande política”.

O período de 2013 a 2016 foi extremamente turbulento: grandes manifestações de rua explodiram trazendo uma diversidade de temas e problemas que complexificaram as determinações do processo político que se formatou a partir deste cenário. A pauta colocada pelas elites e seus aparelhos privados de hegemonia, classificando a radicalização das manifestações como uma exacerbação de “selvageria”, “banditismo” e “vandalismo”, fundamentou a via repressiva de contenção das reivindicações populares como forma de manutenção do *status quo* e garantia de funcionamento do



simulacro de “democracia vulgar”. Se, por um lado, a repressão aos jovens e a prepotência dos governantes funcionaram como um catalisador das contradições que germinavam sob a aparência de uma harmonia baseada na “colaboração de classes”; por outro, a explosão destas contradições se expressou numa multifacetada manifestação de elementos de bom senso contra a ordem ao lado de reapresentações de conteúdos conservadores e mesmo preocupantes do senso comum – como o nacionalismo exacerbado, o antipartidarismo, a retomada da extrema direita.

Após o golpe institucional-jurídico-parlamentar-midiático que destituiu a presidenta em 2016, abre-se um curto, porém intenso, período de restauração do neoliberalismo ortodoxo com Michel Temer (PMDB). A despeito do seu alto índice de impopularidade registrado nas enquetes (a mais alta rejeição desde a instauração da “Nova República”), Temer conseguiu aprovar uma série de medidas de caráter antipopular, ancorado no expressivo apoio político que obteve a partir da construção de uma forte base parlamentar. Mediante o crescimento das reivindicações populares capitaneadas pela resistência dos movimentos sociais e partidos de esquerda à aplicação radical da plataforma neoliberal, Michel Temer reage elevando o patamar autocrático da política de manutenção da “Lei e da Ordem”, reprimindo violentamente as manifestações e mobilizando os militares para o controle do conflito político e para a garantia da segurança pública.

Com a incapacidade de recuperar a economia e o crescimento através da execução das (contra)reformas institucionais, os níveis trágicos que afetavam os indicadores sociais fermentaram uma forte crise econômica, política e institucional que gerou um cenário de altos níveis de desemprego e insegurança. Junta-se a esse cenário a instabilidade política impulsionada pelo avanço das investigações da Lava Jato na sua agenda moralista de combate à corrupção, cujo objetivo inicial de atingir principalmente a esquerda que estava no poder até 2016 acabou sendo extrapolado, gerando reflexos de desmoralização política e crise de representatividade em outros partidos tradicionais com significativa participação na vida política nacional, como o PMDB (agora MDB), o PSDB e o DEM (antigo PFL).

A consequência mais deletéria dessa crise foi a emergência e o reforço dos traços mais regressistas da nossa herança histórica, sob novas roupagens. Num terreno onde o processo político foi pautado pela



necessidade de reestabelecimento das taxas de lucratividade através da combinação entre ortodoxia liberal e reforço das intervenções antidemocráticas e antipopulares, ganha força a crítica “antissistêmica” a partir do viés antipolítico, anticomunista e conservador-cristão. O terreno estava adubado para a ascensão de uma candidatura de extrema-direita. Assentada no mantra do combate à corrupção e à ineficiência do Estado combinado com a defesa da ditadura militar e o ataque odioso ao PT e todos os setores da esquerda; impulsionando, sob a vestimenta do fundamentalismo religioso cristão, uma pauta sócio-cultural-educacional moralista, com a disseminação de práticas punitivistas, de ataques aos direitos humanos, de discursos racistas, machistas, misóginos e lgbtfóbicos; e se valendo de uma forte manipulação da informação e de um culto ao negacionismo histórico e ao desprezo a qualquer pensamento científico e progressista, a extrema-direita tomou o Planalto para aplicar o programa ultraliberal com Bolsonaro e Paulo Guedes, e elevar a um novo patamar a escalada autocrática aprofundada após o golpe de 2016 e o processo de criminalização dos movimentos sociais e populares. Em outras palavras, esse processo que se fermentou de forma significativa ao longo do período do governo Temer até se materializar na expressão da vitória política de Jair Bolsonaro, no final do ano de 2018, reacendeu os traços mais reacionários historicamente presentes nas elites, com o agravante da extrema capacidade de enraizamento desses traços em camadas significativas das classes trabalhadoras.

A ascensão do Governo Bolsonaro (instância mais institucional de representação) e do fenômeno do Bolsonarismo (que é a célula mais pulsante que busca sempre uma ativação da radicalização, onde convergem diferentes agrupamentos e tendências que expressam as ideias de uma extrema direita que transcende ao governo em si) não pode ser explicada de forma reducionista como uma mera adaptação e reprodução de uma agenda política global. Precisa ser analisada em sua interação internacional/global, mas também a partir da sua composição local/nacional, isto é, a composição social e a formação do caldo político e cultural que tornou essa experiência possível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Desta forma, podemos dizer que a potencialização desses fenômenos está vinculada ao conjunto de práticas e representações de longa duração que se constituem como determinações fundamentais da formação histórica brasileira em suas distintas regiões, e que concorreram, de formas variadas, para a formação do quadro histórico que favoreceu o desenvolvimento do atual processo de fascistização da sociedade brasileira. Esta vinculação não se constitui como um mero produto ou subproduto das nossas arcaicas estruturas de poder, mas através de um processo de modernização que as relacionam com os interesses do grande capital e seus representantes no atual estágio de acumulação capitalista. Este conjunto de práticas e representações de longa duração pode ser caracterizado pelo longo, recente e brutal passado escravista; pelos processos de transições políticas “pelo alto” (como os casos de 1888/89, 1930, 1937, 1964 e 1985); pela tradição do pensamento autoritário e autocrático, sob o qual se construiu formas, organizações e uma mentalidade política que alimentou a ideia da formação de uma identidade nacional fundamentalmente anticomunista e bastante elitista que nunca poupou esforços em atacar de forma cruenta os movimentos sociais e organizações da classe trabalhadora (Fernandes, 1976; Ianni, 2004); além do caráter extremamente instável da nossa “democracia vulgar”, cuja mais recente expressão de um governo democrático-popular fermentou um cenário de desorganização e desmobilização política pautados na construção de um consentimento ativo e passivo de grande parte da classe trabalhadora.

Seguindo a linha evidenciada por Boito Jr (2019), concordamos com a hipótese de que, durante os anos de governo Bolsonaro, se fez presente uma ideologia neofascista, um movimento neofascista e um governo no qual os neofascistas disputaram a hegemonia com um grupo militar preso a um autoritarismo mais propenso a outro tipo de ditadura; todavia, não foi alcançada a efetivação de um regime político fascista, pois o que se configurou no país foi “uma democracia burguesa deteriorada e em crise” (Boito Jr, 2019, n/p). Mas acreditamos que este projeto momentaneamente inconcluso da extrema direita não necessariamente significa o encerramento do processo de fascistização que se potencializou na sociedade brasileira ao longo dos últimos anos, mesmo com a retomada vitoriosa de uma perspectiva política tida como progressista no cenário eleitoral.



Neste sentido, torna-se crucial apontarmos nossas pesquisas para a análise de qual foi o patamar alcançado pela intensificação do processo de destruição dos direitos da classe trabalhadora no Brasil após a combinação entre estratégias ultraliberais e ideologia fascista, e quais as consequências desse processo no nível da organização (ou desorganização) social e política, principalmente no tocante ao recrudescimento da polarização na sociedade entre projetos democráticos progressistas e projetos ultraneoliberais/fascistas. Esta análise trará elementos fundamentais para avaliarmos quais os perigos (e possibilidades) desse atual estágio de retomada do simulacro de democracia que se abre em 2023. A depender de quais setores serão fortalecidos no âmbito da atual correlação de forças, e da lentidão (ou ausência) na radicalização dos elementos democráticos por parte do atual governo, este período de “democracia vulgar” que se reabre pode vir a se conformar como uma antessala para um posterior cenário autocrático de organização política que potencializará as perspectivas fascistas que se mantém em fermentação, atendendo assim, de forma mais brutal, às necessidades de acumulação do capital.

REFERÊNCIAS

BARBOZA, D. R. **A construção da democracia (vulgar) no processo da revolução burguesa no Brasil**. 2014. 566 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

BARBOZA, D. R. Classes subalternas e construção da hegemonia: a importância da indistinção entre conteúdo econômico-social e forma ético-política. In: BARBOZA, D. R.; BOTELHO, J. **Lutas sociais e a ofensiva do capital no Brasil contemporâneo: desafios e estratégias de organização da classe trabalhadora**, ed.1. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020, p. 91 - 122.

BARBOZA, D. R. **Gramsci e a democracia radical: elementos para a construção da sociedade (auto)regulada**, ed.1. Uberlândia: Navegando Publicações, 2024a.

BARBOZA, D. R. **Democracia e teoria política: do poder do demos grego à revolução proletária**, ed.1. Uberlândia: Navegando Publicações, 2024b.

BOITO JR, A. A questão do fascismo no governo Bolsonaro. In: **Jornal Brasil de Fato**, São Paulo, 10 de janeiro de 2019.

CARDOSO, M. L. **Ideologia do desenvolvimento, Brasil: JK-JQ**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.



- COSTA, E. V. da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. São Paulo: UNESP, 2010.
- COUTINHO, C. N. **Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas**, RJ: DP&A, 2005.
- COUTINHO, C. N. A hegemonia da pequena política. BRAGA, R.; OLIVEIRA, F. de; RIZEK, C. (orgs.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 29-43.
- FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Zahareditores, 1981.
- FERNANDES, F. **Circuito Fechado**. Quatro ensaios sobre “poder institucional”. São Paulo: Globo, 2010.
- IANNI, O. **Escravidão e racismo**. São Pulo: Hucitec, 1978.
- IANNI, O. **A ditadura do grande capital**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1981.
- IANNI, O. **Pensamento social no Brasil**. São Paulo: Edusc, 2004.
- KOROL, C. Criminalização dos Movimentos Sociais na América Latina. **Revista da Associação dos Docentes da UFF – Classe**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 10–13, out/nov/dez. 2008
- OLIVEIRA, F. de. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C. (orgs.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 21-27.
- PRADO JR., C. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- SCHWARZ, R. **Ao vencedor, as batatas**. Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Editora 34, 2000.
- WEFFORT, F. **O populismo na vida política brasileira**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.